

P I C O L L O

Jornal da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária
Ano I - Número 1 - 1991

Programação científica da SPMV

Abertura de novos cursos de Veterinária em discussão

Nos últimos anos o número de Faculdades de Medicina Veterinária no estado de São Paulo vem aumentando consideravelmente. Das três Faculdades originais (USP, UNESP-Botucatu e UNESP - Jaboticabal), o estado passou a abrigar mais seis : UNESP- Araçatuba e as particulares UNIP-São Paulo, Marília, São João da Boa Vista, Presidente Prudente e Píthal. Veja na página 5 a opinião sobre o assunto de Márcio R. G. Kuchembuck, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UNESP - Botucatu.

A comissão científica da SPMV já elaborou a sua programação para o primeiro semestre de 1991. Veja na pág. 6 o calendário destas atividades.

Associações de criadores de pequenos ruminantes se organizam

No ano passado a Associação Paulista dos Criadores de Ovinos (ASPACO) e, neste ano, a Associação Paulista dos Criadores de Caprinos (APCC) firmaram contrato com suas congêneres nacionais recebendo a delegação para executar o serviço de registro genealógico dos animais de seus associados. A partir de agora as entidades paulistas podem contar com a autonomia necessária para o desempenho de suas funções. Leia na última página.

Parvovirose canina : dez anos depois

Em 1978 a parvovirose canina começou a acometer as populações caninas brasileiras. Passados mais de dez anos o retrato desta enfermidade e as perspectivas futuras são analisados por Mitika K. Hagiwara da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP. Págs. 3 e 4.

**SOCIEDADE PAULISTA
DE MEDICINA
VETERINARIA**

Fundada em 1929
Av. da Liberdade, 834 -
3o. Andar CEP 01502 -
São Paulo - SP
Tel.: (011) 279-9747

GESTÃO 1990/93

Diretoria Executiva

Presidente : Fernando José Benesi,
1º Vice-Presidente : Silvio Arruda Vasconcellos,
2º Vice-Presidente : José Luiz D'Angelino,
Secretária-Geral : Magda Izidio de Souza.

1º Secretário : Márcio Ozório Manfredi.

2a. Secretária : Márcia Mery Kogika.

Tesoureiro-Geral : Ricardo Coutinho Amaral.

1º Tesoureiro : Marco Antônio Gioso.

Comissão Científica

José Luiz D'Angelino
(Presidente). Mitika Kuribayashi Hagiwara.

Silvia Regina do Amaral Vignola. José Antônio Visintin. Maria de Lurdes Bonadio Reichmann

Conselho Consultivo
Silvio Arruda Vasconcellos
(Presidente).

Mário Eduardo Pulga.

Milton Kolber.

Sebastião Buff Blumen Bastos. Eduardo Harry Birgel.

Diretorias

Sede e convênios : Carlos E Larsson.

Social : Pedro Primo Bombonato. Assuntos Culturais e Publicações : Maurício Garcia.

Assuntos Acadêmicos : Magda Izidio de Souza.

P I C O L L O - Informativo oficial da SPMV

Patrono : Luiz Picollo (1o. presidente da SPMV 1929-1930)

Conselho editorial

Maurício Garcia (Responsável), **Silvia Regina do Amaral Vignola**, **Sebastião Buff Blumen Bastos**, **Silvio Arruda Vasconcellos**, **Magda Izidio de Souza**

Colaboradores : Fernando Gonsales e Ricardo Garcia

Editorial

Em 1929 um grupo de profissionais fundou a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, tendo em Luiz Picollo o seu primeiro presidente. Poucos profissionais militavam então e a própria Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, a mais antiga escola do estado de São Paulo, sequer existia. Passados mais de 60 anos empenharam-se sucessivas Diretorias da SPMV, das quais figuraram várias celebridades de nossa profissão como Renato Lopes Leão, Sebastião Nicolau Piratinin-ga, Paschoal Mucciullo, Quineu Corrêa, Ernesto Antonio Matera, Paulo Bueno, Oswaldo Domingos Soldado, Eduardo Harry Birgel e tantos outros, transformando a incipiente Sociedade seguramente numa das mais importantes entidades da classe Veterinária no País. É ciente desta tradição e responsabilidade que a nova

Diretoria da SPMV assume para o triênio 90/93 disposta a dar continuidade às atividades já consagradas e, também, a abrir novas frentes de atuação. Neste sentido, a criação deste Jornal consubstancia um antigo desejo de manter um veículo de divulgação da entidade, principalmente após o fim da Revista da SPMV com sua incorporação pela Revista Ceres. Mais do que um informativo, pretende esse jornal ser um fórum livre de debate sobre assuntos pertinentes à profissão. Estamos, pois, abertos a todos que queiram participar desta empreitada trazendo consigo a sua colaboração e a sua manifestação. No espírito e na disposição da nossa Diretoria ainda vive forte o ideal de Luiz Picollo, de quem emprestamos o nome para batizar esse Jornal na esperança que, com a participação de todos, possamos seguir pelo mesmo caminho tão bem trilhado por nossos Patronos.

Parvovirose canina : dez anos depois

Mitika Kuribayashi Hagiwara

A parvovirose canina eclodiu subitamente na população canina em 1978, como uma gastroenterite caracterizada por depressão, inapetência, vômito, diarreia, sendo as fezes na maioria das vezes hemorrágicas, com forte odor necrótico sendo de evolução fatal na maioria dos casos mais graves e atingindo cães de qualquer faixa etária. Em curto espaço de tempo a doença se disseminou por todo o mundo, inclusive no Brasil, onde se presenciou uma verdadeira epizootia da doença em 1981. A excelente resposta imunológica que se observa nos animais infectados que se recuperam da doença, com a formação de alto nível de anticorpos e o isolamento do agente etiológico em cultura celular permitiram que, em menos de 3 anos, fosse produzida a primeira vacina contendo o parvovírus canino atenuado. Hoje em dia, a vacina contra a parvovirose canina está incorporada no esquema de imunização de cães jovens contra as principais doenças que atingem a espécie

No entanto, apesar do rígido esquema de imunização em que se incluem pelo menos 3 doses de vacina aplicadas em intervalos de 30 dias, iniciando-se a vacinação com 50 a 60 dias de idade, a gastroenterite canina constitui-se ainda em um dos principais problemas dos cães jovens, acometendo os animais antes, durante ou após a fase de imunização. Isto é particularmente frequente no nosso meio e conduz a situações extremamente embaraçosas em que as partes interessadas passam a se encarar com mútua desconfiança em relação à eficiência da vacina ou do esquema de imunização.

Decorridos dez a doze anos da grande epizootia de gastroenterite canina na qual estavam envolvidos o coronavírus e principalmente o parvovírus canino, sendo o último muito mais patogênico, houve avanços consideráveis nas pesquisas realizadas no intuito de se conhecer as características biológicas do parvovírus canino, bem como os aspectos epidemiológicos envolvidos, os quais merecem ser analisados e discutidos. Embora apresente relação antigênica com o vírus felino, o parvovírus canino possui características biológicas e antigênicas próprias, sendo absolutamente distinto do pressuposto ancestral. Isto foi perfeitamente caracterizado através do estudo da sequência de aminoácidos e da utilização de anticorpos monoclonais, que permitiram analisar os componentes antigênicos e a estrutura de ambos os vírus. Existem, entretanto, evidências de que o parvovírus

canino é um vírus ainda instável do ponto de vista genético, sofrendo mutações quer "in vivo" quer "in vitro". Assim, a cepa original do parvovírus canino que emergiu em 1978, foi rapidamente substituída em todo o mundo a partir de 1981, por uma mutante de características biológicas diversas da cepa original. A partir de 1983, todas as cepas isoladas são, aparentemente, do segundo tipo. A primeira prova concreta de que o parvovírus canino havia sofrido uma variação natural foi dada por Parrish e colaboradores em 1985 que, ao estudarem através do emprego de anticorpos monoclonais as diversas cepas do vírus isoladas nos Estados Unidos, concluíram que as amostras isoladas em 1980 eram antigenicamente diferentes das isoladas durante a grande epizootia da doença. Isto ocorreu em outros países como o Japão, Bélgica, Austrália, França e Dinamarca.

Foram também observadas modificações em algumas cepas no que se relaciona à capacidade hemaglutinante do vírus, determinadas por uma alteração na sequência de aminoácidos do genoma viral. Outras cepas perderam a capacidade de replicar-se "in vitro" em células de origem canina ou de infectar "in vivo" os cães, mantendo porém a capacidade de se propagar em células de origem felinas, também em consequência de alterações no genoma viral e no capsídeo.

Duas questões de ordem prática resultam do conhecimento da ocorrência dessas alterações genéticas: a adequabilidade dos tes-

Técnica

tes diagnósticos baseados na capacidade hemaglutinante do vírus e a eficiência das vacinas existentes na atualidade quanto à capacidade de proteção contra as infecções naturais, isto é, se existe uma correlação antigênica entre as cepas de vírus utilizadas no preparo do imunógeno e o vírus de campo. Na opinião de pesquisadores como Parrish, as vacinas existentes na atualidade são capazes de imunizar adequadamente os cães suscetíveis.

Outro aspecto que merece consideração é quanto às eventuais diferenças na patogenicidade do vírus em relação às diferentes cepas. Essa é uma possibilidade real, embora não existam trabalhos comprovando tal teoria. Na realidade, a maior ou menor gravidade da doença está relacionada a associação de diversos fatores predisponentes ou determinantes, tais como idade do animal, raça, estado de nutrição, condições de "stress", pronta resposta imunológica à infecção e outros agentes infecciosos concomitantes.

Parasitas intestinais e infecções concomitantes por outros vírus constituem-se em fatores agravantes dos mais importantes e frequentes. Dentre os patógenos intestinais que infectam o cão, deve ressaltar-se o coronavírus canino. A dualidade da infecção de cães pelo parvovirus canino e pelo coronavírus canino foi observada precocemente, durante a epizootia de gastroenterite hemorrágica, embora o coronavírus já houvesse sido encontrado nas fezes de cães há muito mais tempo. Foi Appel, em 1988 quem demonstrou em condições experimentais a importância dessa dualidade de infecção viral: a in-

fecção dos cães com o parvovirus canino foi fatal na maioria dos animais que haviam sido infectados três dias antes com o coronavírus canino. A infecção única, tanto pelo corona quanto pelo parvovirus induziu ao aparecimento de doença transitória, com a rápida recuperação dos cães. Isto se explica pelo fato de que a infecção do cão pelo coronavírus propicia um ótimo ambiente para a replicação do parvovirus, já que este último só se replica em células em atividade mitótica. A destruição do epitélio da cripta pelo parvovirus conduz à perda da vilosidade intestinal, o que afeta a capacidade de absorção intestinal, bem como propicia a invasão da corrente sanguínea por bactérias componentes da flora normal, resultando no agravamento do processo.

Outros vírus como rota-, adenovírus e o vírus da cinomose podem também causar danos ao epitélio intestinal assim como, também as infecções parasitárias ou bacterianas podem estimular a mitose das células da cripta intestinal. E, destarte, contribuírem para a instalação do parvovirus canino. É o caso de *Giardia canis*: a infecção pelo parvovirus é mais severa em cães infectados por esse protozoário do que em cães livres da parasitose.

Todos esses patógenos intestinais podem interagir no decorrer de infecções múltiplas, constituindo o chamado "complexo enterite canina", sendo o resultado dessa interação o desenvolvimento de quadro clínico mais grave e de pior prognóstico. Deve-se salientar que no Brasil a incidência de infecção simultânea parvo e corona é relativamente alta.

A multiplicidade de agentes etiológicos no desenvolvimento do complexo enterite canina leva a uma confusão generalizada na compreensão do fenômeno, pois, casos de enterite hemorrágica podem ser considerados como sendo infecção por parvovirus quando, numa fase inicial estão associados coronavírus e *Giardia canis* ou a infecção pelo coronavírus pode ser atribuída ao parvovirus e assim por diante. A infecção de cães pelo parvovirus durante o processo de imunização contra a cinomose pode resultar em resposta imunológica deficiente de modo que, cães supostamente imunizados podem adquirir a doença poucas semanas ou meses após, quando do contacto com o vírus de campo.

Assim, mais do que a suposta modificação da patogenicidade do parvovirus ou do coronavírus, pode-se considerar que as condições socio-econômicas da grande parte dos proprietários de cães, aliadas à desinformação quanto ao adequado manejo dos animais de companhia, traduzem-se na baixa proporção de cães imunizados, na alta incidência de parasitoses intestinais e de moléstias infecciosas como cinomose, hepatite infecciosa canina ou de outras viroses que, por seu turno, contribuem para a alta incidência de corona e de parvovirose.

Mitika K. Hagiwara é médica veterinária, Professora Titular e Diretora do Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.

Opinião

Uma opinião sobre a abertura de novas escolas de Medicina Veterinária em São Paulo

Márcio Rubens Graff Kuchembuck

A minha opinião sobre a abertura de novas escolas de Medicina Veterinária em São Paulo pode estar contida na acepção das palavras contra-senso, descontrolado e mercantilismo (esta usada no seu sentido mais drástico). Mas não basta dar uma opinião, há que justificá-la. É isto que pretendo fazer, como profissional veterinário e professor universitário, baseado em mais de 22 anos de experiência participativa na profissão e no seu ensino, e como membro de uma comunidade trabalhadora que conhecendo os encantos da Medicina Veterinária levou 25 anos para fazer com que um decreto governamental e um barracão no alto de um morro se transformassem num dos mais conceituados cursos de Veterinária do País, em Botucatu (SP).

Dizia Kierkegaard que a vida só pode ser compreendida olhando para trás, mas deve ser vivida olhando para frente. Vamos compreender a questão. No Brasil se fez o primeiro curso em 1913 no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1919. Desde então chegamos a uma situação de termos cerca de 30 escolas no País, sendo nove só no Estado de São Paulo. Das 30, seis são particulares, cinco delas em São Paulo. Nos Estados Unidos a

primeira é de 1853, sessenta anos antes. Consideremos que o País é maior, economicamente melhor, com maior população, maior demanda, maior mercado de trabalho e tem hoje cerca de 25, sendo apenas duas particulares (em Massachusetts e no Alabama). Interessante também é notar que lá há uma por Estado, havendo duas apenas no Alabama e mais de 20 Estados não as têm.

No Brasil nove Estados não têm e o Rio Grande do Sul tem quatro (uma particular), o Paraná duas, o Rio de Janeiro duas, Minas Gerais tem quatro (uma particular) e São Paulo tem nove. Lembremos também que os Estados Unidos já tiveram, entre 1860 e 1930, 23 escolas particulares que abriram e fecharam, a maioria por ensino de baixa qualidade e por não conseguirem atender os níveis de qualidade exigido pela Sociedade Americana de Médicos Veterinários. Muitas delas funcionaram por apenas três ou quatro anos.

Penso que o quadro apresentado justifica o termo contra-senso empregado no início e o descontrolado, sinônimo de desgoverno, é refletido no fato de que não há uma política educacional que controle a abertura de escolas. No Brasil abrem-se escolas como se abre bar, parecendo ter o mesmo significado social para os políticos e, portanto, quase as mesmas exigências formais para sua abertura.

Falta ainda justificar o mercantilismo. Ora, ainda recentemente participei de um encontro de dirigentes de escolas de Medicina Veterinária de São Paulo. Percebe-se das particulares uma preocupação com espaços físicos aparentes - seriam vitrines? Não se percebe preocupação com investimento na qualidade de professores. Claro que, sendo investimento de alto risco, não é bom negócio,

sendo o professor, se não for bem pago, vai embora. Escolas boas não se fazem com prédios e propaganda mas com homens qualificados. Assim foram construídas as melhores Faculdades e Universidades Brasileiras. Até agora entendo que as particulares não mostram esse objetivo, parecem que estão a perceber que o curso de Medicina Veterinária é um curso caro demais e que passado esse interesse público e demanda temporal pela Veterinária, as escolas sem qualificação vão fechar, como nos Estados Unidos até 1930. O mercantilismo aparece aqui desfrutando um momento e, claro, gozando do descontrolado que nem a política educacional do País e nem as fracas entidades da Veterinária, à semelhança de outras profissões neste País, conseguem controlar. Será que temos que viver sempre repetindo o que os outros fizeram sessenta anos antes para entender que se deve olhar para trás para compreender mas que se deve viver olhando para frente, para criar, buscando alternativas novas, encurtando o caminho e não só repetindo erros?

Márcio R. G. Kuchembuck é médico veterinário, Professor Titular e Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da UNESP-Botucatu.

Esta coluna pretende ser um espaço para o livre debate de temas polêmicos de nossa profissão. Desta forma, se você discordar desta postura escreva para nós e tenha seu texto, na medida da disponibilidade de espaço, publicado no próximo número.

Eventos

Programação científica da SPMV para o primeiro semestre de 1991

Cursos

III Curso de Imunologia Aplicada à Medicina Veterinária

Época : 11 a 15 de março

Horário : 19:30 às 22:00

Coordenador : Leonardo Richtzeinhain

Apoio : Salsbury Laboratório Ltda.

Curso de Zoonoses transmitidas por alimentos

Época prevista : maio

Palestras

04/4 - Defesa do consumidor - Maria Inês Fornazaro

25/4 - Cinofilia - José Pedutti Neto

30/5 - Endocrinologia perinatal - Maria Lúcia Gambarini Meirinhos

27/6 - Perspectivas em Biotecnologia - José Antônio Visintin

As palestras serão realizadas sempre na sede social da SPMV às 20:00 hs.

Esta é uma secção que pretendemos publicar resumidamente as cartas assinadas que nos forem endereçadas. Estamos, assim, aguardando a sua participação para se manifestar sobre qualquer assunto. Participe.

Classificados

Quer vender sua clínica ? Quer arrumar emprego ? Quer vender seu carro ? Quer alugar uma casa ? Anuncie nos classificados do PICOLLO. Sócios da SPMV poderão anunciar gratuitamente nesta secção.



Reportagem

Caprinos e ovinos : a vez dos pequenos

No dia 17 de janeiro passado, no Parque da Água Branca em São Paulo, o presidente da Associação Paulista dos Criadores de Caprinos (APCC), Egydio Bianchi, e o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Caprinos, Delmiro Dantas, representado pela médica veterinária Sílvia Ferrari, assinaram um contrato através do qual a entidade brasileira passou a delegar à sua congênera paulista o serviço do registro genealógico caprino no estado de São Paulo. "É a nossa carta de alforria" afirmou Bianchi na ocasião com um entusiasmo bastante justificado. Após um árduo processo de negociação que contou inclusive com a participação direta do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária,

finalmente os criadores paulistas conquistaram a sua autonomia para efetuar o registro de seus animais, tarefa que era até então realizada pela CAPRILEITE, sediada em Belo Horizonte. Segundo Ferrari, no estado de São Paulo as principais raças criadas são a Branca, ou Saanen, e a Parda, mas a maioria dos animais ainda é SRD (sem raça definida). A APCC pretende, ao passar a oferecer o serviço de registro aos seus 120 associados, contribuir para a seleção genética elevando o nível zootécnico nos plantéis.

Da mesma forma, a Associação Paulista dos Criadores de Ovinos (ASPACO) firmou recentemente o contrato de delegação do registro genealógico com a Associação Rio-grandense dos Criadores de Ovinos (ARCO) após um processo também longo e trabalhoso. "Hoje temos autonomia para efetuar o serviço de registro genealógico junto aos nossos 227 associados", declarou Giancarlo Antoni, zootecnista da ASPACO e

credenciado pela ARCO para efetuar o registro. Além desta autonomia recentemente obtida, outro fator vem fomentando a ovinocultura em São Paulo. Desde 1985, a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de São Manuel (CAFE-NOEL) oferece a seus cooperados uma estrutura para a comercialização dos produtos ovinos. Após o início de suas atividades, a CAFE-NOEL tem observado um aumento constante na produção de lã que atingiu quase 90 toneladas na safra passada. Para esta safra a perspectiva é de se superar as 100 toneladas de lã. Segundo Antoni, o estado de São Paulo abriga hoje cerca de 230 mil cabeças de ovinos e tem como raças mais difundidas a Corriedale e a Suffolk.

Com a autonomia conquistada e com uma estrutura bem organizada espera-se, desta forma, um grande desenvolvimento da caprinocultura e da ovinocultura para os próximos anos no estado de São Paulo.